

<b>1 DIREITO ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>16</b>
1.1 Introdução.....	16
1.2 Direito Público e Privado.....	16
1.3 Administração Pública.....	18
1.3.1 Conceito.....	18
1.3.2 Administração Pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico.....	18
1.3.3 Administração Pública em sentido material, objetivo ou funcional.....	20
1.4 Fontes do Direito Administrativo.....	22
1.4.1 Sistema inglês e sistema francês.....	24
1.4.2 Sistema administrativo brasileiro.....	24
1.5 Poderes do Estado.....	26
1.5.1 Funções típicas e funções atípicas.....	26
1.6 Administração Direta (Pessoas Políticas do Estado).....	30
1.6.1 Principais características dos entes federados.....	30
1.7 Administração Pública Indireta (Entidades Administrativas do Estado).....	34
1.7.1 Autarquias.....	37
1.7.2 Fundações públicas.....	40
1.7.3 Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	42
1.8 Órgãos Públicos.....	47
1.8.1 Teoria do órgão (ou da imputação).....	48
1.8.2 Classificação dos órgãos públicos.....	49
1.9 Noções de Centralização, Descentralização, Concentração e Desconcentração Administrativa.....	52
1.9.1 Centralização Administrativa.....	52
1.9.2 Descentralização Administrativa.....	52
1.9.3 Desconcentração Administrativa.....	53
1.9.4 Concentração.....	53
<b>2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS</b> .....	<b>72</b>
2.1 Introdução.....	72
2.2 Princípios Expressos (explícitos ou escritos).....	72
2.2.1 Princípio da legalidade.....	73
2.2.2 Princípio da impessoalidade.....	73
2.2.3 Princípio da moralidade.....	75
2.2.4 Princípio da publicidade.....	75
2.2.5 Princípio da eficiência.....	76
2.3 Princípios Constitucionais Implícitos.....	79
2.3.1 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....	79
2.3.2 Princípio da supremacia do interesse público.....	79
2.3.3 Princípio da indisponibilidade.....	79
2.3.4 Princípio da autotutela.....	80
2.3.5 Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	81
2.3.6 Princípio da segurança jurídica.....	81
2.3.7 Princípio da motivação.....	82



<b>3 AGENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>102</b>
3.1 Espécies .....	102
3.1.1 Agentes políticos .....	102
3.1.2 Servidores públicos .....	103
3.1.3 Particulares em colaboração .....	105
3.1.4 Regime jurídico .....	106
3.1.5 Súmula Vinculante 13 do STF (vedação do nepotismo) .....	106
3.2 Servidores Públicos - Disposições Constitucionais .....	108
3.2.1 Disposições gerais .....	108
3.2.2 Cargo, emprego e função pública .....	108
3.2.3 Concurso público .....	110
3.2.4 Contratação temporária .....	115
3.2.5 Direitos do servidor .....	115
3.2.6 Acumulação de cargos .....	116
3.2.7 Servidor público e mandato eletivo .....	117
3.2.8 Remuneração .....	117
3.2.9 Dos servidores públicos .....	120
3.2.10 Administração fazendária .....	124
3.2.11 Estabilidade .....	125
<b>4 LEI Nº 8.112/1990 - ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO .....</b>	<b>148</b>
4.1 Cargos Públicos .....	149
4.2 Concurso Público .....	152
4.2.1 Regras gerais .....	152
4.2.2 Prazo de validade .....	152
4.2.3 Reserva de vagas para deficiente .....	153
4.2.4 Requisitos para investidura .....	153
4.3 Do Provimento .....	155
4.3.1 Da Posse e do exercício .....	155
4.3.2 Estabilidade e estágio probatório .....	157
4.3.3 Formas de provimento .....	161
4.3.4 Vacância .....	166
4.4 Formas de Deslocamento .....	169
4.4.1 Remoção .....	169
4.4.2 Redistribuição .....	170
4.5 Substituição .....	171
4.6 Direitos e Vantagens .....	173
4.6.1 Vencimento e remuneração .....	173
4.6.2 Vantagens .....	175
4.7 Licenças .....	183
4.7.1 Licença para tratamento de saúde de pessoa da família .....	183
4.7.2 Motivo de afastamento do cônjuge .....	184
4.7.3 Licença para o serviço militar .....	184
4.7.4 Licença para atividade política .....	184
4.7.5 Licença para capacitação .....	185

---

4.7.6 Licença para tratar de interesses particulares .....	186
4.7.7 Licença para o desempenho de mandato classista .....	186
4.7.8 Licença para tratamento da própria saúde .....	187
4.7.9 Licença à gestante .....	188
4.7.10 Licença-paternidade.....	188
4.7.11 Licença à adotante.....	189
<b>4.8 Afastamentos .....</b>	<b>189</b>
4.8.1 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade.....	189
4.8.2 Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	190
4.8.3 Afastamento para estudo ou missão no exterior .....	190
4.8.4 Afastamento para participação em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País.....	191
<b>4.9 Concessões .....</b>	<b>191</b>
4.9.1 Direito de ausentar-se do serviço .....	192
4.9.2 Direito a horário especial.....	192
4.9.3 Direito à matrícula em instituição de ensino.....	192
<b>4.10 Suspensão do Estágio Probatório.....</b>	<b>192</b>
<b>4.11 Do Tempo de Serviço.....</b>	<b>193</b>
4.11.1 Apuração do tempo de serviço.....	193
<b>4.12 Direito de Petição .....</b>	<b>196</b>
<b>4.13 Regime Disciplinar .....</b>	<b>199</b>
4.13.1 Deveres .....	199
4.13.2 Proibições.....	200
4.13.3 Da Acumulação.....	201
<b>4.14 Responsabilidade do Servidor.....</b>	<b>204</b>
<b>4.15 Penalidades Disciplinares.....</b>	<b>205</b>
4.15.1 Advertência.....	206
4.15.2 Suspensão.....	206
4.15.3 Demissão.....	207
4.15.4 Cassação da aposentadoria ou disponibilidade.....	208
4.15.5 Destituição da função de confiança e do cargo em comissão .....	209
4.15.6 Demais consequências.....	209
4.15.7 Competência para aplicação das penalidades .....	209
<b>4.16 Prescrição da Ação Disciplinar .....</b>	<b>210</b>
<b>4.17 Processo Administrativo Disciplinar.....</b>	<b>212</b>
4.17.1 Regras gerais.....	212
4.17.2 Afastamento preventivo .....	213
4.17.3 Sindicância.....	214
4.17.4 Processo administrativo disciplinar (PAD) .....	214
4.17.5 Processo administrativo disciplinar de rito sumário .....	218
4.17.6 Revisão do processo administrativo .....	220
<b>5 PODERES ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>244</b>
<b>5.1 Introdução .....</b>	<b>244</b>
5.1.1 Poder-dever de Agir.....	244
<b>5.2 Poder Vinculado e Poder Discricionário .....</b>	<b>244</b>



5.2.1 Poder vinculado .....	244
5.2.2 Poder discricionário .....	245
<b>5.3 Poderes Administrativos em Espécie .....</b>	<b>247</b>
5.3.1 Poder hierárquico.....	247
5.3.2 Poder disciplinar .....	250
5.3.3 Poder de polícia.....	252
5.3.4 Poder regulamentar.....	260
5.3.5 Uso e abuso de poder .....	265
<b>6 ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>284</b>
<b>6.1 Conceito de Ato Administrativo .....</b>	<b>284</b>
6.1.1 Ato unilateral e ato bilateral.....	285
<b>6.2 Elementos (ou Requisitos de Validade) do Ato Administrativo .....</b>	<b>287</b>
6.2.1 Competência .....	287
6.2.2 Finalidade .....	289
6.2.3 Forma.....	290
6.2.4 Motivo.....	290
6.2.5 Objeto .....	291
<b>6.3 Teoria dos Motivos Determinantes .....</b>	<b>291</b>
<b>6.4 Atributos do Ato Administrativo .....</b>	<b>293</b>
6.4.1 Presunção de legitimidade e veracidade.....	293
6.4.2 Autoexecutoriedade .....	293
6.4.3 Tipicidade .....	294
6.4.4 Imperatividade .....	294
<b>6.5 Classificação dos Atos Administrativos .....</b>	<b>296</b>
6.5.1 Atos vinculados e discricionários.....	296
6.5.2 Atos gerais e individuais.....	298
6.5.3 Ato simples, complexo e composto.....	299
6.5.4 Atos de império, de gestão e de expediente .....	300
6.5.5 Atos constitutivos, modificativos e declaratórios .....	300
6.5.6 Ato perfeito, eficaz, pendente e consumado .....	301
<b>6.6 Espécies de Ato Administrativo .....</b>	<b>303</b>
6.6.1 Atos normativos .....	303
6.6.2 Atos ordinatórios .....	304
6.6.3 Atos negociais .....	304
6.6.4 Atos enunciativos .....	305
6.6.5 Atos punitivos .....	305
<b>6.7 Extinção do Ato Administrativo .....</b>	<b>307</b>
6.7.1 Anulação.....	307
6.7.2 Revogação .....	308
6.7.3 Cassação .....	309
6.7.4 Caducidade .....	310
6.7.5 Contraposição.....	310
<b>6.8 Convalidação .....</b>	<b>310</b>
6.8.1 Convalidação expressa.....	312

---

6.8.2 Convalidação tácita.....	312
6.9 Teoria do Funcionário de Fato.....	313
<b>7 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>332</b>
7.1 Distinção entre Imoralidade e Improbidade.....	332
7.2 Base Constitucional.....	332
7.3 Sujeito Ativo do Ato de Improbidade.....	333
7.4 Sujeito Passivo do Ato de Improbidade.....	334
7.5 Disposições Gerais.....	335
7.6 Atos de Improbidade Administrativa.....	337
7.7 Atos de Improbidade Administrativa que Importam em Enriquecimento Ilícito.....	339
7.7.1 Sanções cabíveis aos atos que importam em enriquecimento ilícito.....	340
7.8 Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário.....	342
7.8.1 Sanções cabíveis aos atos que causam prejuízo ao erário.....	344
7.9 Atos de Improbidade Decorrentes de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário.....	346
7.9.1 Sanções aplicáveis aos atos decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.....	347
7.10 Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública.....	347
7.10.1 Sanções aplicáveis aos atos que atentam contra os princípios da Administração.....	348
7.11 Sanções por Improbidade Administrativa.....	350
7.11.1 Rol de penalidades.....	351
7.12 Declaração de Bens.....	353
7.13 Procedimento Administrativo e Processo Judicial.....	353
7.13.1 Representação.....	353
7.13.2 Processo Judicial.....	354
7.14 Disposições Penais.....	356
7.15 Afastamento Temporário.....	356
7.16 Prescrição.....	356
<b>8 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....</b>	<b>376</b>
8.1 Introdução.....	376
8.2 Conceito.....	376
8.3 Evolução Histórica.....	377
8.4 Responsabilidade Civil do Estado.....	377
8.4.1 Alcance.....	378
8.4.2 Danos causados por agentes públicos.....	379
8.4.3 Excludentes e atenuantes.....	381
8.4.4 Culpa de terceiro.....	383
8.4.5 Prazo prescricional.....	383
8.5 Teorias sobre a Responsabilidade Civil do Estado.....	385
8.5.1 Teoria do risco administrativo.....	385
8.5.2 Teoria do risco integral.....	385



8.5.3 Teoria da culpa administrativa.....	385
8.6 Atos Legislativos e Jurisdicionais.....	389
<b>9 PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL.....</b>	<b>412</b>
9.1 Introdução.....	412
9.2 Abrangência da Lei.....	412
9.2.1 Alcance.....	413
9.3 Conceitos.....	413
9.4 Princípios.....	414
9.4.1 Princípios implícitos da Lei 9.784/99.....	414
9.4.2 Critérios.....	415
9.5 Direitos e Deveres dos Administrados.....	419
9.6 Início do Processo e Legitimação Ativa.....	420
9.7 Dos Interessados.....	421
9.8 Da Competência.....	422
9.8.1 Delegação.....	422
9.8.2 Avocação.....	424
9.9 Impedimento e Suspeição.....	426
9.10 Da Forma, Tempo e Lugar dos Atos do Processo.....	427
9.11 Da Comunicação dos Atos.....	428
9.12 Da Instrução.....	429
9.13 Do Dever de Decidir.....	433
9.14 Da Motivação.....	433
9.15 Da Desistência e outros Casos de Extinção do Processo.....	434
9.16 Da Anulação, Revogação e Convalidação.....	435
9.17 Do Recurso Administrativo.....	437
9.17.1 Recurso e contrariedade à Súmula Vinculante.....	439
9.18 Da Revisão.....	441
9.19 Dos Prazos.....	441
9.20 Das Sanções.....	442
9.21 Das Disposições Finais.....	442
<b>10 LICITAÇÕES - LEI Nº 8.666/93.....</b>	<b>464</b>
10.1 Introdução.....	464
10.2 Objetivos.....	465
10.3 PRINCÍPIOS.....	466
10.3.1 Princípios expressos.....	466
10.3.2 Princípios implícitos.....	469
10.4 Tipos de Licitação.....	473
10.4.1 Melhor preço.....	473
10.4.2 Melhor técnica.....	473

10.4.3 Técnica e preço .....	474
10.4.4 Maior lance ou oferta .....	474
<b>10.5 Modalidades de Licitação .....</b>	<b>474</b>
10.5.1 Concorrência .....	474
10.5.2 Tomada de preços .....	475
10.5.3 Convite.....	475
10.5.4 Concurso.....	477
10.5.5 Leilão .....	478
<b>10.6 Local de Realização .....</b>	<b>478</b>
<b>10.7 Publicidade .....</b>	<b>478</b>
10.7.1 Prazo de antecedência .....	479
<b>10.8 Exceções à Obrigatoriedade de Licitar .....</b>	<b>482</b>
10.8.1 Inexigibilidade de licitação .....	483
10.8.2 Licitação dispensada .....	484
10.8.3 Licitação dispensável .....	485
10.8.4 Superfaturamento.....	488
10.8.5 Processo de dispensa e inexigibilidade .....	488
<b>11 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>	<b>514</b>
11.1 Introdução e Conceito .....	514
11.2 Classificações .....	514
11.2.1 Quanto à origem.....	514
11.2.2 Quanto ao momento do exercício .....	516
11.2.3 Quanto ao aspecto controlado.....	517
11.2.4 Quanto à amplitude.....	520
11.3 Espécies de Controle.....	522
11.3.1 Controle administrativo.....	522
11.3.2 Controle legislativo .....	523
11.3.3 Controle judicial.....	527
<b>12 SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>552</b>
12.1 Introdução.....	552
12.2 Conceito .....	553
12.2.1 Serviço público em sentido subjetivo ou em sentido objetivo .....	553
12.2.2 Conceito amplo e restrito .....	553
12.3 Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	554
12.3.1 Prestação direta e indireta.....	554
12.3.2 Prestação centralizada, descentralizada, concentrada e desconcentrada.....	554
12.4 Princípios Referentes aos Serviços Públicos.....	555
12.4.1 Princípio da continuidade .....	555
12.4.2 Princípio da generalidade .....	555
12.4.3 Princípio da eficiência.....	556
12.4.4 Princípio da modicidade.....	556
12.4.5 Princípio da cortesia .....	556
12.4.6 Princípio da adaptabilidade ou atualidade .....	556



12.4.7 Princípio da transparência .....	557
12.4.8 Princípio do controle.....	557
12.4.9 Princípio da segurança .....	557
12.4.10 Princípio da mutabilidade.....	557
<b>12.5 Classificações.....</b>	<b>559</b>
12.5.1 Serviços gerais ou individuais .....	559
12.5.2 Serviços delegáveis e indelegáveis.....	560
12.5.3 Serviços administrativos, sociais e econômicos .....	560
12.5.4 Serviços próprios e impróprios.....	561
<b>12.6 Competência para Prestação .....</b>	<b>561</b>
12.6.1 Competências exclusivas da União .....	561
12.6.2 Competência comum.....	563
12.6.3 Competências dos Estados-Membros.....	563
12.6.4 Competências dos Municípios .....	563
<b>12.7 Regulamentação e Controle.....</b>	<b>564</b>
<b>12.8 Política Remuneratória dos Serviços Públicos .....</b>	<b>564</b>
12.8.1 Imposto.....	564
12.8.2 Taxa .....	564
12.8.3 Tarifa .....	565
<b>12.9 Responsabilidade Civil .....</b>	<b>565</b>
<b>12.10 Lei nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.....</b>	<b>567</b>
12.10.1 Disposições preliminares.....	567
12.10.2 Conceitos importantes .....	568
12.10.3 Do serviço adequado.....	569
12.10.4 Dos direitos e obrigações dos usuários .....	569
12.10.5 Da política tarifária .....	570
12.10.6 Da licitação.....	571
12.10.7 Contrato de concessão e permissão.....	574
12.10.8 Dos encargos do poder concedente.....	576
12.10.9 Dos encargos da concessionária .....	577
12.10.10 Da intervenção .....	577
12.10.11 Da extinção da concessão .....	578
12.10.12 Das Permissões .....	581
12.10.13 Disposições finais e transitórias.....	581
<b>12.11 Autorização de Serviços Públicos.....</b>	<b>582</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>607</b>